



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1712/15	DATA: 15/09/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h26min	TÉRMINO: 16h17min	PÁGINAS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ROMEU PEREIRA DE SOUZA - Proprietário do Instituto Royal. IZABEL VIANNA VILLELA - Pesquisadora do Instituto Royal.

SUMÁRIO
Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 9ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2015.

Indago se há necessidade da leitura da ata da 9ª Reunião.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Ricardo Tripoli.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes Expedientes:

Do Sr. Clélio Campolina Diniz, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, que, tendo sido convocado para participar desta audiência, nos termos do Requerimento nº 25, do Deputado Ricardo Izar, solicita uma nova data para sua oitiva, justificando o pedido pela necessidade de levantar junto, à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, as informações a ele solicitadas, bem como por haver se comprometido a ministrar conferência no âmbito do Encontro Anual do Sistema de Pós-Graduação em Administração, em Belo Horizonte, na presente data.

Do Sr. Matheus Lima, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que solicita verificar a possibilidade de que seja informado ao Deputado Noraldino Junior, Presidente da Comissão de Proteção aos Animais daquela instituição, a data e o horário da diligência desta CPI ao Mercado Central de Belo Horizonte, conforme o Requerimento nº 07/15, do Deputado Laudívio Carvalho.

Ordem do Dia.

A presente reunião consistirá em audiência pública, tendo como objetivo prestar esclarecimentos sobre os maus-tratos a animais no Instituto Royal, situado



no Município de São Roque, São Paulo, bem como sobre a liberação de verbas para aquele instituto.

Nesta oportunidade, contaremos com a presença dos senhores: Romeu Pereira de Souza, proprietário do Instituto Royal (Requerimento nº 25/15 — do Deputado Ricardo Izar); e Izabel Viana Vilela, pesquisadora do Instituto Royal (Requerimento nº 25/15 — do Deputado Ricardo Izar).

Vamos dar início aos depoimentos.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Romeu Pereira de Souza, proprietário do Instituto Royal. (*Pausa.*)

Dr. Romeu, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantidos os seus direitos constitucionais, entre os quais, o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação; o direito de ser assistido por advogado ou, em falta deste, de ser-lhe nomeado defensor *ad hoc*, e de com este comunicar-se, pessoal e reservadamente, durante o curso do depoimento; e o direito de ver respeitadas, sempre em seu próprio benefício, as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Romeu Pereira de Souza.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Muito obrigado. Boa tarde a todos. Eu gostaria de iniciar dizendo que sou Romeu Pereira de Souza, sou advogado. A minha história começa contendo... feito o curso de Odontologia na Universidade Federal de Minas Gerais. E, simultaneamente, quando fazia os últimos anos do curso de Odontologia, iniciei o curso de Direito, de tal forma que, ao terminar o curso de Odontologia, 3 anos depois, eu terminei o curso de Direito. Depois dessa fase, iniciei muito cedo o meu contato com as associações que se fundavam, no caso, em Belo Horizonte, onde eu residia na época. Dentre elas, eu destacaria a Fundação Pestalozzi de Minas Gerais, que foi fundada pela Profª Helena Antipoff, a qual me convidou para colaborar com essa instituição, porque, por ser também filantrópica, sem fins lucrativos, ela necessitava de algumas pessoas disponíveis para tarefas



dessa natureza. Após eu me transferir para Itapira, em São Paulo, vim trabalhar no Instituto Bairral de Psiquiatria, a maior instituição, por excelência, de psiquiatria na América do Sul, uma das referências que nós temos tido nessa área. Nessa oportunidade, eu fui também Diretor do Instituto Bairral, durante um certo período. Reforço dizendo que se trata de uma entidade filantrópica; é uma fundação. Nessa oportunidade, em contato com as necessidades da cidade onde passei a residir, que é Itapira, iniciamos um processo de fundação da APAE de Itapira — da qual fui o primeiro Presidente fundador —, e que continua até o momento. Então, essa é a minha história, que compõe a minha moldura profissional e o meu currículo nesse período.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor quer falar mais alguma coisa sobre o Instituto Royal em si?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Estou à disposição de V.Exa. para as perguntas que o senhor achar oportunas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Está bem.

Com o palavra o Relator, o Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Romeu, o senhor era, foi ou ainda é Presidente do Instituto de Educação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Fui, porque o Royal não existe mais, porque foi fechado após aqueles episódios que ocorreram no mês de outubro de 2013.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Por quanto tempo o senhor foi Presidente dessa OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Aproximadamente 10 anos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Dez anos.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Durante o tempo de existência do Royal, eu fui o Presidente do Royal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Eu vou exibir ao senhor um documento...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Pois não.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ... que é o Estatuto Social, para ver se o senhor confirma a sua assinatura, por gentileza. *(Pausa.)*

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim, confirmo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor confirma, então, a assinatura?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Confirmando.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Muito bem. É a constituição do Instituto Royal.

O senhor, por gentileza, conheceu ou conhece Paulo Roberto Gasperotti Sampaio?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ele era membro do Instituto Royal. Era técnico, funcionário...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Foi membro do Instituto Royal até o período em que o Royal existiu.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Por volta de quanto? Dez anos também, não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Aproximadamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Por 10 anos, ele foi do Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor tem conhecimento que o Sr. Paulo Roberto Gasperotti Sampaio figura como associado...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...na alteração estatutária? E, ao mesmo tempo, ele tinha vínculos com a empresa Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Qual é a função dele na Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Ele é médico.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Médico?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Médico.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E no Royal?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - No Royal, ele era o tesoureiro.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Tesoureiro no Royal...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...e médico no Laboratório Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Muito bem.

Qual é a função do Sr. Paulo Roberto Gasperotti Sampaio como médico da Cristália? O senhor tem informação?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Ele é coordenador da parte médica de interesse dos funcionários e é também médico de uma clínica psiquiatra, em Itapira.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E, pelo o que senhor disse, no Instituto Royal, ele era o Diretor Financeiro?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não seria propriamente...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ou equivalente a um gerente financeiro?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não propriamente essa seria a qualificação. Na verdade, ele era o tesoureiro.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Tesoureiro?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É, não tinha funções gerenciais nesse cargo, não; não havia.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Quando o Instituto Royal recebeu os recursos da FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...cerca de 5 milhões de reais...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...quem fez o gerenciamento desses recursos foi o Dr. Paulo Roberto Gasperotti Sampaio?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O Dr. Paulo e eu, conjuntamente, como manda o Estatuto, tínhamos a obrigação de validar os cheques, os pagamentos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor pode precisar o que foi adquirido na época com esses recursos?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O Royal, como o senhor falou muito bem, recebeu da FINEP recursos da ordem de 5 milhões, 200 e... da ordem de 5 milhões e, parece, 240 mil. E aplicou na expansão do Instituto, dentro daquilo que preconizava o convênio com a FINEP.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Perfeito.

O que compõe? Quer dizer, a expansão seria a construção de mais um prédio, de mais uma sala?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não necessariamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O que, mais ou menos, o senhor poderia...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - A expansão incluía — era um projeto extenso, óbvio, inclusive pelo próprio volume de dinheiro — não propriamente construção, especificamente esse dinheiro para a construção. Esse dinheiro era para ser aplicado de acordo com aquilo que foi oferecido como projeto, que a FINEP exigiu que o Royal fizesse, para que esse aporte fosse liberado. Então, cumpria-se esse programa de se aplicar o recurso de acordo com aquilo que foi acertado com a FINEP.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ou seja, os 5 milhões foram aplicados, foram comprados equipamentos. Ou seja, dentro de um cronograma, ele foi gasto durante um período.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Durante um período.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Tá.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Certo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E todo o dinheiro foi gasto, mas aplicado de acordo com o que foi...?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não, não foi todo o dinheiro gasto. Pelo contrário, a interrupção do Royal fez com que nós devêssemos devolver à FINEP um valor de 4 milhões, 777 mil e mais algumas...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Isso foi devolvido à FINEP.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Devolvido, inclusive com a certificação de quitação e de re-gu-la-ri-da-de.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Perfeito, muito bem.



O senhor sabe me dizer quem é o proprietário do edifício onde ficava o Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Na verdade, quando o Royal teve a necessidade de ampliar, necessitou-se locar um prédio maior.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Lógico.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O proprietário do prédio, eu gostaria de ressaltar, não se confunde, porque eu estou vendo, inclusive aqui, na minha frente, como se eu fosse o proprietário do Royal. Não existe proprietário. O Royal nunca teve dono...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É uma OSCIP, tem o Presidente, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É uma OSCIP. E mais: nós não tínhamos remuneração de nenhuma natureza, porém, geríamos os associados, as necessidades que surgiram, inclusive de transferir para um prédio que acomodasse de maneira mais adequada a função dos trabalhos, que se propunha a fazer o Royal, na área de pesquisa e inovação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E o proprietário do prédio onde estava o Instituto Royal, lá em São Roque, era de propriedade de quem? Já que o senhor era o Presidente da OSCIP, o senhor que firmou contrato de locação...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim, sim, sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...provavelmente com o proprietário ou com alguma empresa.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É, não. Não sei se o proprietário é uma pessoa jurídica ou física, como que é constituído o termo de propriedade do ponto de vista jurídico do prédio. Mas a pessoa que seria a titular do prédio seria uma senhora, cujo nome, se não me falha a memória, é Da. Íris.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A proprietária do edifício é a Da. Íris?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Certo. A propriedade é de Da. Íris.



O senhor sabia que tinha uma representação do Ministério Público contra o Instituto Royal e que foi feito um termo de ajustamento de conduta, ou pelo menos estava prestes a assinar um termo de ajustamento de conduta?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim, eu tinha conhecimento, porém, com o término da existência do Royal, certas questões evidentemente foram prejudicadas, não chegaram a ter que ser feitas em função de que não havia mais o Royal. O Royal já não existe há 2 anos aproximadamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor habitou, morou, residiu num *flat* alugado do Sr. Ogari Pacheco?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ogari de Castro Pacheco?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Na verdade, o que havia era o seguinte: eu precisava de uma residência em São Paulo, porque eu estava com familiares em condições de saúde que necessitavam ter um respaldo em São Paulo, para que esses tratamentos pudessem se desenvolver de uma forma adequada.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E esse Sr. Ogari, o senhor conheceu ele através de quem, de um corretor?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. Eu o conheci desde quando eu fui para Itapira, porque coincidentemente trabalhamos os dois no Instituto Bairral, onde ele era médico e eu dentista. Depois, eu fui Diretor.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A empresa de propriedade desse Ogari de Castro Pacheco é Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É Cristália? Não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Na verdade, não é bem proprietário. A Cristália faz parte de uma *holding* em que ele certamente tem participação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Majoritária, não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não posso lhe dizer. Não tenho conhecimento da participação efetiva dele.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Muito bem. O senhor tinha conhecimento de que o Sr. Ogari, sócio da Cristália, proprietário do *flat* que o senhor alugava, era um dos maiores clientes que o Instituto Royal tinha?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim. Era o maior cliente do Instituto Royal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Que tipo de produtos ele solicitava ao Instituto Royal ou que tipos de pesquisa, que tipo de qualquer outra atividade?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - As pesquisas eram necessárias para que se pudesse conseguir os registros desses medicamentos, para que fossem produzidos, comercializados e utilizados terapeuticamente, incluindo muito deles como um suporte à política do SUS. Isso é um adendo que estou fazendo só para complementar o sentido da coisa. Então, como o Laboratório Cristália demandava um fluxo maior de criação de novos produtos na área da saúde, certamente, ele passou a ser quem mais contratava o serviço do Royal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O fato do Sr. Ogari de Castro Pacheco ser dono do *flat* que o senhor alugava na cidade, em São Paulo — porque o senhor tinha familiares adoecidos, como o senhor colocou —, e ele ser também sócio da Cristália e a Cristália ser um dos maiores clientes do Instituto Royal, o senhor não ver nenhuma similaridade entre todos esses atores?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu não chamaria similaridade, eu chamaria uma questão fática morarmos todos em uma mesma cidade. As nossas famílias eram amigas e, portanto, em algumas situações, alguns de nós sabíamos dos problemas do outro.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor participou, então, do Royal desde a fundação, pelo que eu vi, o senhor falou em 10 anos, né.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Como é que o senhor justifica que a primeira reunião da fundação do Instituto Royal se deu num prédio da Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu tenho de me reportar ao início...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Por gentileza.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Ao início da existência do Royal. Na verdade, não nasceu Royal. Não se criou o Royal. Não havia esse pragmatismo de criar o Royal. O Cristália exatamente porque estava desenvolvendo um número relativamente grande de produtos médicos, de medicamentos, saiu procurando alguém cientista que pudesse fazer esses testes, para que, posteriormente, com



esses testes, pudesse conseguir os registros dos medicamentos. Então, nessa ocasião, constava para nós que um dos mais relevantes, entre poucos laboratórios que faziam esse tipo de trabalho, situava-se na UNISA, que é a Universidade de Santo Amaro. Então, recorreu-se à Universidade de Santo Amaro para que fizesse esses testes. Ocorre que, naquela época, a Universidade de Santo Amaro estava sofrendo uma intervenção federal, e os trabalhos que estavam em andamento seriam prejudicados, terminados antes, inclusive, do seu término e que, em decorrência disso, não poderiam aceitar desenvolver os exames solicitados pelo Cristália. Dessa situação, surgiu uma reunião em que participaram o próprio Reitor da Universidade de Santo Amaro, cientistas como a doutora... Como se chama a doutora, esqueci do nome dela?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Dra. Regina, isso! Regina... Tem um outro sobrenome, mas não fixei muito bem. Desculpem-me por isso. Que, por sua vez, ficou encarregada de procurar alguém para poder elaborar esses testes. Naquela época, uma das pessoas mais respeitáveis — continua sendo, é claro —, mas que mais se destacava era a Dra. Ingrid, que aceitou o desafio de, em sendo possível dar continuidade, assumir. Nessa situação, então, o Cristália se propôs, a pedido, ver com seus advogados como se poderia conseguir fazer o laboratório da UNISA continuar trabalhando. Então, em função disso, locou-se o local, pagando-se a Universidade de Santo Amaro. Durante muito tempo, então, esses testes eram feitos na própria UNISA. Quando, então, terminado esse contrato — terminada, portanto, a possibilidade da UNISA continuar fazendo —, pensou-se em fundar algum instituto, alguma associação, enfim, alguma coisa que cobrisse essa lacuna e, nisso, criou-se a associação, da qual fizemos parte, para, aí, sim, fundar o Royal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Então, o Instituto Royal foi fundado, então... Pelo que eu entendi, a ideia surgiu nessa universidade ou faculdade que o senhor acaba de mencionar e, depois, as reuniões do Instituto Royal ocorreram no Cristália.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - As reuniões poderiam ocorrer num espaço Cristália, óbvio, claro, mas não era isso uma vinculação, porque poderiam na minha casa, como ocorreram.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Mas foi no início. Não tinham exames ainda.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Porque não tinha nem o Royal. Era uma associação...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Era o nome, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, a associação estava se organizando. Associados foram convidados e uns convidavam aqueles que achavam: *“Olha, nós estamos com esse problema e tal, você quer participar, pode participar? Tem oportunidade?”* Afinal de contas, era uma associação sem fins lucrativos e sem remuneração para nenhum dos que participavam dessa associação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Eu tenho um dado aqui que eu gostaria muito que o senhor ou confirmasse ou negasse.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - *“No endereço do Hospital Psiquiátrico Cristália, ocorreu reunião promovida em 24 de abril de 2006 pelo Instituto Royal, cujo registro da ata de alteração estatutária ocorre em 22 de maio de 2006, no cartório de pessoas jurídicas da Comarca de São Roque, São Paulo, microfilmado sob o número 11.571 e, no Cartório de Pessoas Jurídicas da Comarca de Itapira, São Paulo, microfilmado sob o número 1.354. Nessa reunião, foi deliberada e aprovada mudança de endereço do Instituto Royal para São Roque, Km 56 da Rodovia Raposo Tavares”,* ou seja, muito antes dos experimentos e da formatação desse modelo do Instituto Royal. O senhor confirma ou o senhor nega — o senhor como Presidente do Instituto Royal, que é uma OSCIP — que isso teria acontecido ou não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, é verdade, é fato.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É de fato?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É de fato.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - No microfone, porque eu não estou ouvindo.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Pois não. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É correta, então, essa afirmação?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA - É.**

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Então, o Instituto Royal iniciou os seus trabalhos no imóvel do Hospital Psiquiátrico Cristália, que sucessivamente virou laboratório, virou uma indústria. O que que virou?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. Aí parece que há um dado que não seria propriamente esse. O Royal não iniciou lá. Houve reuniões lá.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Reuniões para formar... Pelo que estou vendo aqui, consta no registro da ata estatutária.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Exato. Sim, poderia ser lá.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ou seja, a constituição do Royal ocorreu lá. Eu vou repetir. Deixa eu ler para o senhor de novo.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Eu vou ler com bem calma: *“No endereço do Hospital Psiquiátrico Cristália, ocorreu uma reunião, promovida em 24 de abril de 2006, pelo Instituto Royal, cujo registro da ata de alteração estatutária ocorre, em 22 de maio de 2006, no cartório de pessoas jurídicas”*. Aí, tem toda a demonstração de como é que está microfilmado, registrado. Ou seja, a reunião, mudando endereço para São Roque, ou seja, o início dos trabalhos foi feito dentro do Instituto ou do Laboratório Cristália.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, na verdade, a reunião foi lá. Agora, os trabalhos...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Se o senhor quiser tirar o microfone para ouvir a sua advogada, o senhor pode, viu? O senhor fique tranquilo.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É... Nessa época...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Pois não.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - ...já existia a UNISA, e os estudos eram feitos na UNISA.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Então, a UNISA também fazia parte do Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. A UNISA precedeu o Royal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ah, então, depois da UNISA que virou Royal? Aí que foi feita a reunião nesse local?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Mudando o estatuto para Instituto Royal...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Lá no Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. No local, não os testes...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não, não. Os testes, não. Eu estou dizendo da constituição da estatutária. Ou seja, o senhor, os demais membros foram a esse local, lá, no Hospital Psiquiátrico Cristália, no endereço, para formar o Instituto Royal em São Roque. É o que diz aqui: registrado em cartório. Isso daqui não é... Eu estou dando para o senhor um documento público.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu entendo que foi como local da reunião.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sim...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu não sei se nós...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sim. Não, não é o Laboratório Cristália, não. É o local de reunião no Cristália.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim. É, porque não havia nenhuma incompatibilidade que nos cedesse aquele espaço para essa reunião.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não, eu não estou imaginando que haja incompatibilidade. Eu estou aqui só perguntando. No final, nós vamos, obviamente, tirar as conclusões da Comissão.

*O Diretor Técnico e Clínico da Cristália, Paulo Roberto Gasperotti Sampaio, CRM 44.701, figura como associado da referida ata de alteração estatutária, o que vai ao encontro do que o senhor disse, de que ele trabalhava nos dois estabelecimentos. Ele era tanto funcionário da Cristália quanto funcionário do Instituto Royal. Está aqui.*

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Veja bem, funcionário, não. Ele fazia parte da associação. Não era funcionário.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ah, não? Ele recebia salário da Cristália e, não, do Royal?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É lógico.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ou do Royal e, não, da Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, recebia salário de onde ele era funcionário: Cristália.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E, no Royal, que tipo de atividade ele tinha?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Tesoureiro.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Tesoureiro.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sem remuneração.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Então, ele era tesoureiro gratuitamente do Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim, como todos nós associados.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não recebiam nada?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, nada.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É uma OSCIP que...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sem fins lucrativos e sem... Proibido, inclusive, estatutariamente de...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Uma entidade de benemerência.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não sei se o termo seria esse, porque não vou entrar nesse mérito. Estou dizendo é que o Royal não pagava para ninguém que fazia parte da associação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A D. Silvia Ortiz esteve aqui depondo e disse que os senhores faziam serviço para a Natura, para a BASF — que eu me lembre agora são cerca de 10, 12 grandes empresas de porte. Essas empresas, obviamente, não realizavam serviços gratuitos lá no Royal. Os serviços que eles executavam eram pagos.

Esse recurso ia para onde?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Esses recursos eram para cobrir o funcionamento do Royal, as despesas de funcionamento do Royal. E, na maioria das vezes, infelizmente, nós não fechávamos a conta, porque as despesas são, realmente, muito altas.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A Cristália pagava ou não?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Naturalmente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A Cristália também pagava?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Naturalmente. Pagava todo o serviço que o Royal prestava a ela, como todas as demais empresas, enfim. Não era só a Cristália que pagava, como não eram só as outras. Todas pagavam.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Essa Da. Inês que o senhor falou é esposa do Sr. Ogari ou de algum dos sócios da Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Quem?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor falou que há uma senhora...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Íris.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Íris, Íris. A senhora Íris é parente de algum dos proprietários do Cristália ou não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, ela era esposa de um dos fundadores do Cristália, já falecido, inclusive.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ela era esposa de um dos fundadores do Cristália. Então, existe um vínculo, queira ou não, com um dos fundadores da Cristália no prédio do Instituto Royal. Não há como...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Quanto se pagava por mês de aluguel lá?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Em torno de... Aproximadamente... Havia variáveis, porque o contrato era corrigido, obviamente por...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sim, mas, nos últimos meses, quanto se pagava?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Em torno de 4 mil reais.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Quatro mil reais aquele prédio?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Quatro mil reais, um prédio enorme, numa área...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor não tem outro daquele para alugar por esse preço não, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Poderia tentar procurá-lo.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É? Eu vou mandar um monte de corretor procurar o senhor, viu? Porque 4 mil reais um prédio... Quantos andares tinha lá? Quantos metros tem de área?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho esse dado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Mais ou menos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não tenho esse dado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Eu consigo aqui. Não tem problema.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Mas é um prédio de dois, três andares. É o antigo nosocômio, um manicômio.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Foi. Segundo eu tenho informações, há muitos anos, não cheguei a...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Que tinha lá 148 animais, só cães, fora ratos, fora coelhos, fora área de lazer, fora área de internação, procriação. É uma área grande, para custar 4 mil reais por mês...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu disse entre...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É porque essa senhora, parente da Cristália, entendia a benemerência do ato do Instituto Royal, provavelmente, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Um julgamento que ela fazia. Infelizmente, eu não tenho, né...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É, eu acho que ela tenta... Eu acho que... Ela já é falecida, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O marido é que é falecido.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - João Maria Stevanatto é que é falecido?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Stevanatto. Exato, exato.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E o Sr. Ogari de Castro Pacheco? Qual é o vínculo dos dois no Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Associados.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** Sócios?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Não, associados. O Royal não tem sócio.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** Não, Cristália.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Ah, no Cristália? Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** São sócios, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Eram sócios, na fundação do Laboratório Cristália.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** E alugavam um imóvel, por 4 mil por mês, para o Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Não alugavam. O imóvel...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** Cediam? Comodato?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Não, não é isso. Eu quero dizer...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** Qual era a fórmula jurídica?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Eu quero dizer é que o Royal trabalhava de forma independente com quem tivesse um imóvel pra alugar, e, coincidentemente, a D. Íris...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** A Natura não tinha, a BASF não tinha, as outras não tinham. Só a Cristália é que tinha um imóvel lá, em São Roque?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** É, realmente...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** Né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** É.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** E a Cristália adquiriu esse imóvel há quanto tempo? O senhor sabe?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Não, não foi a Cristália que adquiriu.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** Essa Sra. Inês adquiriu?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Essa senhora... E u não sei a história da aquisição.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI -** O documento está no nome dela, então, no cartório?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA -** Sim, mas eu não... Não tenho elementos, pelo menos no momento, pra dizer como é que foi a aquisição.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Nós já temos documentos no cartório dos vários proprietários. Só queria confirmar com o senhor, porque a gente nem sempre acredita nos documentos que chegam aqui à Comissão. Então, é bom sempre questionar, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Me diga uma coisa: o senhor participava dos experimentos científicos do Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, eu não tenho formação científica pra esse tipo de finalidade.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Muito bem.

Nem do animal que perdeu os dentes e foi encontrado lá com uma massa de... uma argamassa, onde os dentes dele estavam afixados também? O senhor, como dentista, talvez saiba um pouco sobre...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...esse animal que foi encontrado.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Consta, para nós e pelos investigadores que estiveram lá do Ministério Público de São Roque, que esses fatos não ocorriam. E eu nunca tive conhecimento, nunca vi nada parecido com isso, do ponto de vista real. Então, se existe isso como alguma informação, ela foi investigada e foram declarados como não existentes maus-tratos, e menos ainda essa história de... *(inaudível)*.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhores lá adquiriam os animais de quem?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Nós tínhamos a criação, a procriação...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Um biotério próprio?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Um biotério próprio, na maioria das vezes.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E, fora esses, adquiriam de alguém ou não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. Eu, eu não, não, não, não participei de nenhuma aquisição dessa natureza. Isso, se eventualmente ocorre ou



ocorreu, passou dentro da equipe científica, que, por motivos óbvios, poderia eventualmente, para haver uma mudança nessa questão da hereditariedade, da genética, usar animais de outra cepa, né?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor tem conhecimento da venda de animais também?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho conhecimento de venda, a não ser para instituições de pesquisa.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Para outras instituições de pesquisa?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É. Universidades.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor pode nominar alguma delas?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não posso.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não pode?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho conhecimento de nenhuma delas. Tenho informações, mas não conhecimento do fato.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Muito bem.

O Grupo Cristália atua também no varejo ou só tem indústria de produtos fármacos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O Cristália é uma indústria farmacêutica das mais amplas do País e fabrica... O senhor quer dizer princípios ativos? Só para fármacos?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não, estou dizendo: o grupo só trabalhava com atacado ou no varejo também? Além da indústria e da pesquisa, dos protocolos que ele recepcionava lá do Royal, ele tinha também, à ponta da linha, a venda de produtos fármacos? Farmácias?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Tinha? Tem? *(Pausa.)*

O senhor pode precisar quantos animais tinha lá para experimento científico?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Variava entre 100 a 240, 250, aproximadamente, dependendo da época.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A Dra. Sílvia esteve aqui fazendo um depoimento e alega que o que nós apresentamos para ela num vídeo, onde ela dizia que estava buscando a cura do câncer, foi um efeito de retórica, né? O senhor pode precisar que tipos de experimentos eram feitos no Instituto Royal, buscando que resultado para essas empresas todas de que nós temos já conhecimento aqui, umas de indústria plástica, outra de cosmético, outra, enfim...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - No Royal, não tem nenhuma pesquisa vinculada a plásticos e cosméticos. No Royal, não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Que tipos de experimentos eram feitos lá?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eram feitas avaliações de testes em animais para validar medicamentos. Eu estou falando como advogado, eu não sou técnico-cientista. Então, pode ser que os termos... Eu fico à disposição do senhor para poder complementar ou tentar explicar o que é o meu entendimento. Agora, o que o Royal fazia tinha a finalidade exclusivamente dirigida a medicamentos, nada de cosméticos ou quaisquer outros tipos de substância.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor teve conhecimento do animal que foi encontrado num *freezer*, e ele teria falecido à noite por conta de medicamentos que foram ingeridos nesse animal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não tenho.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Outro animal que estava sem a vista, não sei se a esquerda ou a direita? Nada disso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não, eu... Eu não tenho conhecimento desses fatos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor não viu isso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não vi e não recebi nenhuma denúncia a respeito disso.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não.

Me conte uma coisa: o senhor pode me explicar por que que o Instituto Royal contratou — deixe eu pegar o nome aqui pra ser exato (*pausa*) — a empresa Silcon



Ambiental, num contrato celebrado em 11/11/2011 — provavelmente deve ser do conhecimento, porque o senhor com certeza deve ter assinado um documento que é um contrato que onerava o Instituto Royal...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...com a possibilidade de incinerar cerca de 2 toneladas, vírgula, 800 quilos de carcaça e de dejetos de animais?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O contrato estipulava isso como uma possibilidade, que jamais o volume aproximou desse quantitativo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor acha normal uma empresa contratar 2,8 toneladas de incineração de carcaça de animais e não utilizar 50%, por exemplo? Vamos pôr 50%, daria 1 tonelada e 400... 1 tonelada e meia, a metade. O senhor acha que uma empresa pagaria o dobro pra utilizar a metade da incineração dessas carcaças de animais? O senhor acha plausível?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Da forma como foi feito o contrato, sim, porque o contrato não estipulava quantitativo, ele deixava isso em aberto de acordo com o uso. E é evidente que só era usado o que de fato existia pra usar. Portanto, pagava-se aquilo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A Silcon tem esses documentos de quanto eles incineravam lá. Eu devo ter acesso a eles em breve. Eu acho até que já está aqui na Secretaria. O senhor imagina que não tenha incinerado ou tenha incinerado? E qual é o volume?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Na verdade, eu tenho conhecimento daquilo que eu disse, que era um contrato que tinha essa variação de possibilidade de uso, o que não significa que isso era usado. Agora, quanto era usado, obviamente, era variável, de acordo...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Os funcionários provavelmente faziam à noite pra o senhor não ver, né...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não, não, não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...a hora que o senhor entrava e saía, pra não ter acesso...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Isso não acontecia.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...ficar magoado com... Não?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não acontecia, não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Tá bom.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Tenho certeza, viu, Deputado?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Eu vou pedir ao Presidente o direito de me reservar mais perguntas ao final, Presidente, porque ainda vou só checar o meu relatório, enquanto V.Exa. e os demais Deputados fazem inquirição ao depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Laudívio Carvalho.

**O SR. DEPUTADO LAUDÍVIO CARVALHO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou continuar aqui fazendo aquilo que tenho feito nos últimos tempos: ouvindo, anotando, analisando e voltando ao final. Prefiro fazer assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então eu vou fazer umas perguntas que eu já tinha até preparado, Dr. Romeu.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Ah, pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O que motivou o senhor, em 2005, a assumir e fundar o Instituto Royal? Foi iniciativa própria ou o senhor representava interesses de alguém?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O Royal nasceu de uma associação, não tinha ninguém que representava interesse de ninguém. Nós éramos associados para fazer o Royal funcionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos em mãos pelo menos dois documentos, um de 2007 e outro de 2015, onde o senhor é descrito como advogado do Laboratório Cristália.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Assessor jurídico do setor de licitações.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim. Sim, sim, sou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor não acha nada, assim, estranho que o senhor trabalhe para o Cristália e para o Instituto Royal, que era uma OSCIP que fornecia serviços para o Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Na minha atividade, como assessor jurídico de área de licitações, eu sou remunerado pelo Cristália, trabalho para o



Cristália. Como Presidente do Royal ou associado do Royal, que foi, que galgou o cargo de Presidente, não tinha nenhum contato entre uma coisa e outras, eram funções totalmente diferentes e resguardadas pelo estatuto do Royal daquilo que me competia fazer. Então não havia essa possibilidade, nem esse tipo de situação fática.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor era assessor jurídico do setor de licitações?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - De licitações, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Cristália, ele fornecia pro Governo Federal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Fornece, inclusive, só pra poder constar. Os antirretrovirais, que têm a maior importância na política do Ministério da Saúde como prevenção do avanço da AIDS no Brasil, são um medicamento, ou vários, que o Cristália fornece nessa área pro Ministério. E eu estou dizendo isso com essa liberdade porque eu tenho contato com o Ministério em função de ser advogado da área de licitações. E o Cristália tem essa participação efetiva no fornecimento de medicamentos antirretrovirais, através de licitações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor tem o contato com o Ministério da Saúde, mas o senhor tinha contato também com o Ministério da Ciência e Tecnologia?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não era a ocorrência. Eventualmente, posso ter tido alguma, mas nem há registro pra mim, na minha memória, porque não havia essa ligação. A ligação era com o Ministério da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - E com o CONCEA, o senhor tinha uma relação?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Também não tinha relação com o CONCEA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Desde quando o senhor tem uma relação profissional com a Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Quinze anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Como foi possível que o Royal tenha sido inaugurado como entidade no dia 14 de janeiro de 2005 e, apenas 2



meses depois, em 21 de março de 2005, ele tenha sido reconhecido uma OSCIP? Esse é o procedimento, normalmente? Em 30 dias se faz uma OSCIP?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu não conheço os processos de reconhecimento. Isso é do Ministério da Justiça, eu não sei como funciona.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em vários recibos de vendas de cães feitas pelo Instituto Royal, consta a seguinte expressão: *“Isenta de impostos por ser entidade sem fins lucrativos qualificada como OSCIP, desobrigada de emissão de nota fiscal por não ser contribuinte do ICMS”*. Ou seja, vocês vendiam animais e não pagavam diversos impostos. Não parece controverso, sendo procurador da Cristália, uma empresa privada, e também Presidente de uma OSCIP, a qual busca acesso a recursos públicos milionários, como o senhor falou aí, declarar em suas notas fiscais o texto citado, mesmo tendo esse grande e evidente histórico de venda de cães para experimentação?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Essa questão é regida por normas que não são feitas pelo Royal. Essas isenções são normas não feitas pelo Royal. O Royal apenas se valia do cumprimento da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quantos eram, quem eram e quais as profissões dos membros fundadores do Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não sou capaz de te falar isso agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor não sabe quantos eram?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não tenho essa lembrança tão clara assim na memória.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Algum dos fundadores era membro do CONCEA também?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. Aliás, quando fundou-se o Royal, não havia CONCEA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas algum dos fundadores virou membro do CONCEA?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho esse conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quantos cães foram vendidos durante a sua gestão, de 2005 a 2013? O senhor tem esses dados?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - E quantos cães foram mortos durante a sua gestão? O senhor tem esses dados?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Também não tenho esses dados. Esses dados eram de controle da equipe técnica e científica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quantos cães foram doados durante a sua gestão o senhor também não sabe?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não sei. Não tenho esse conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Os cães que eram supostamente doados, vocês têm contato e endereço de todos os adotantes para verificação?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Esse controle não era feito diretamente, junto à Presidência. Ele era administrado... Se é que havia, certamente haveria um arquivo ou se seguiriam normas para que esses fatos pudessem ser concretizados. E essas normas eu tenho absoluta segurança de que eram cumpridas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos documentos que apontam que havia um segundo canil em São Paulo para onde eram regularmente transferidos os cães da unidade de São Roque. Qual era a função desse outro canil e qual era a sua localização?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho conhecimento algum da existência de um segundo canil ligado ao Royal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quem eram as pessoas do CEUA do Royal, do Conselho de Ética, Comissão de Ética?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Também não tenho lembrança para nominá-los. Eu sei que existia, é claro, mas não sei nominar as pessoas. Não me lembro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Existia um CEUA no Instituto Royal de São Roque de São... no Instituto Royal de São Roque?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É. Existia, sim, também.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A Dra. Sílvia Ortiz, ela declarou aqui que só havia um, que era no laboratório do Sul. Mas tinha, então, um no Instituto São Roque?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não sei precisar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor tem formação como dentista. E muitos dos cães vendidos foram encaminhados para Faculdades de Odontologia — para Araçatuba, Ribeirão Preto, Botucatu, São Paulo —, departamentos com os quais o senhor devia ter alguma relação profissional ou acadêmica, eu estou supondo. Qual exatamente a finalidade dessas vendas e para que esses cães eram usados?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Essas ocorrências, se existiam como o senhor está falando, existiam, está dizendo. É da competência das universidades que faziam essas aquisições. Pra que que... O que que eles faziam não era... não fazia parte do meu conhecimento. A universidade tinha autonomia para fazer aquilo que julgasse que estava dentro dos parâmetros normais, legais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quais eram os clientes do Instituto Royal? A Cristália era cliente?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Era.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Braskem era cliente?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Por uma questão de confidencialidade, eu vou me ater ao Cristália. Existem outros, obviamente, mas eu vou me ater ao Cristália.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - FINEP. Vocês receberam recurso do FINEP. Quem fez esse primeiro contato entre Instituto Royal e FINEP?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O primeiro contato... Eu não tenho essa informação, porque, em seguida, eu próprio fui à FINEP demonstrar o nosso projeto, e assim se estabeleceu o nexa entre a liberação e o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor era Presidente do Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Se eu era o Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Presidente?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então o senhor sabe quais eram os produtos ou moléculas testados no Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, porque, como eu já antecipei, havia uma questão de confidencialidade, porque as indústrias que faziam não tinham interesse que isso fosse publicado por razões de segurança do desenvolvimento de seus produtos. Então isso não era... não me era informado, molécula...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Apesar da anunciada importância do Instituto Royal para o progresso da ciência, sabemos que um medicamento, a Lodenafila, para tratamento de disfunção erétil era testado em cães no Royal. Que outras moléculas ou medicamentos não relacionados a doenças vitais eram testados lá?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - A questão dessa molécula, ela não se vincula exclusivamente a tratamento de problema erétil. O problema erétil, muitas vezes, é secundário a outras doenças prévias, como diabetes, por exemplo, o que gera em decorrência a disfunção erétil. Como esse aspecto é da maior relevância, do ponto de vista da estabilidade emocional para o doente ou para aquele que tem essa necessidade, então, na verdade, esse medicamento, ele não era testado em cães por questões de disfunção erétil, mas por questões de como ele poderia ajudar nos casos que decorriam de outras enfermidades. Não é minha área de, de... médica, então eu, eu... Eu sei de diabetes, por exemplo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Documentos mostram que muitos cães foram comprados da Fazenda Angolana, que era um criador de animais do interior de São Paulo. De onde eram obtidos os ratos, os camundongos e os coelhos usados no Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Se o Instituto Royal era um canil, por que que compravam os ratos, os camundongos e os coelhos? *(Pausa.)*

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Apenas para ter alternância em testes que eram mais bem-sucedidos em uma outra espécie animal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas o Instituto Royal era um canil.



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O Instituto Royal era um instituto de pesquisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Temos documentos do Instituto Royal, de 2006, que atestam o seguinte: *“Esse relatório visa atender as necessidades do estabelecimento do canil de São Roque no que concerne ao objetivo único de garantir a qualidade dos cães para estudos em 2007”*. Isto é, desde a sua abertura, em 2005, já havia o plano de realizar a experimentação animal lá no Instituto Royal. Isso o senhor confirma?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - A questão da experimentação em animal, ela está vinculada ao tipo de teste que era exigido para o registro de medicamento. É disso que eu tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor mora onde?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - No momento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Moro em Itapira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A unidade da Cristália Farmacêutica recebeu investimentos do Governo Federal de 28 milhões de reais na unidade localizada em Itapira. Essa unidade de Itapira, ela empregava ou fornecia funcionários para o Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. Cristália é Cristália, Instituto Royal é Instituto Royal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Havia uma relação muito próxima da Sra. Ingrid Taricano, Diretora Científica do Royal, membro do CONCEA, representando o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o Coordenador do CONCEA, à época, o Sr. Marcelo Morales. O senhor tinha algum tipo de envolvimento com o Sr. Marcelo Morales?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não o conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Se a gente realizar uma quebra de sigilo telefônico do senhor, o senhor nunca vai ter falado com o Marcelo Morales?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Nunca.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Como foi possível que vocês tivessem a liberação de 5 milhões de reais do FINEP, em 2010, se o Instituto Royal não possuía cadastramento no CONCEA e tinha um registro de canil? A verba, ela veio para pesquisa. O Instituto Royal tinha a documentação de canil e não tinha o cadastro no CONCEA.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Nessa época, ainda não existia o CONCEA. O Instituto Royal seguia as normas do INMETRO e os parâmetros internacionais e nacionais de pesquisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor conhece Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Segundo declaração desse senhor, foi ele quem facilitou a liberação de recursos do FINEP ao Instituto Royal em 2010. Como o senhor define as facilidades que o Royal tinha junto ao MCT para obter tamanho crédito sem a devida documentação?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Quando da obtenção do crédito, o Royal satisfaz as exigências do FINEP.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor foi condecorado, em 2014, Cidadão Itapirense, de honra.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Muito me honra mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Tudo sugere que o senhor tinha contatos e relacionamentos bons na cidade.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim, com o povo da cidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Prefeito de Itapira, ele forneceu algum tipo de ajuda ou concedeu algum benefício ao senhor ou à Cristália na época ou anterior à implantação da empresa?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - A relação de Cristália com Prefeito, etc., não é do meu conhecimento, não faço parte de diretoria. Com relação a mim próprio, não tenho o menor benefício em função de conhecer Prefeito ou qualquer outra autoridade no Município.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Chegou um dado para a gente, que o CONCEA, ele foi criado em 2009. A gente está falando... O senhor falou pra mim que em 2010 não existia o CONCEA. Existia o CONCEA.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - E nessa época estava se preparando a documentação para que obtivesse o certificado, que foi obtido. Porém, muito pouco tempo depois, houve a solução de continuidade do Royal. Chegou a obter, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor disse que foi investigado pelo Ministério Público, né?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim. Diante de uma denúncia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eles investigaram também a questão da verba recebida do FINEP?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Que eu tenha conhecimento, não. A verba foi rigorosamente devolvida ou aplicada de acordo com o mandamento do próprio FINEP, o convênio com o FINEP.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor disse que vocês tinham um biotério, né? O senhor participa, de alguma forma, do projeto novo do CONCEA da criação de biotérios?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O senhor ou algum dos membros do Instituto Royal.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. O dos membros eu... acredito que não. Nem Royal existe mais. Agora, quanto a mim, definitivamente não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Relator, Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Dr. Romeu, o senhor se comunicava com o Sr. Ogari constantemente porque o senhor era advogado da Cristália, recebia salário pela Cristália, como o senhor colocou, e, no caso do Royal, não, porque o senhor era Presidente, é uma OSCIP, lá o senhor não tinha ganhos.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Certo?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Certo.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - No caso de o senhor ser o advogado da Cristália, por muito tempo, o senhor tinha contato com o Sr. Ogari constantemente, porque ele era um dos donos da empresa, não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não era constantemente porque os departamentos trabalham com autonomia, respondendo àquelas demandas que surgem na área de cada profissional. Como eu era assessor jurídico de área de licitações, o meu trabalho não se reportava ao Dr. Ogari de Castro. Aliás, praticamente não se reporta é a ninguém, porque eu tenho que dar andamento aos processos de acordo com os fatos que ocorrem. E eu tenho autonomia para fazê-lo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Muito bem. No caso específico da Cristália, como o senhor já afirmou, foi feito... eu não sei se um empréstimo, ou a fundo perdido do BNDES, esses 22 milhões ou 50 milhões, eu não sei exatamente o número correto, pelo BNDES. O senhor atuou como advogado do Cristália na busca desse recurso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor sabe qual o juro que foi estipulado pra que a Cristália pudesse receptionar do BNDES esse recurso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não? Que o Cristália receptionou esse recurso do BNDES o senhor... também o senhor não sabe?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho conhecimento. Não passa pela minha área e eu não tenho esse conhecimento.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A área do senhor é a área de licitações?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Licitações. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Que tipo de licitações o senhor tocava lá? Compra de produtos, venda de produtos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Venda de medicamentos...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Venda de medicamentos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - ...para Secretarias de Estado de Saúde quando abrem suas licitações, vendas públicas. A minha área era de vendas públicas, junto a Secretarias de Saúde, de Estado, Ministério da Saúde, Prefeituras.



E essas licitações são feitas, evidentemente, publicamente, com os editais publicados. Não entra limitação de empresas. Quem tiver condições, de acordo com o edital, participa, e ganha quem satisfizer de melhor forma os interesses da instituição contratante.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - De todas as empresas que o senhor já disse — tem algumas que o senhor, por questão de confidencialidade, obviamente, não pode aqui apresentar —, o Cristália, quando prestava serviços... Perdão. A Royal quando prestava serviços à Cristália, a Cristália tinha algum desconto no preço ou era preço de praxe para todos, inclusive para a própria Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Nem Cristália, nem qualquer outra empresa tinha nenhum tipo de benefício especial.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Desconto nenhum?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - De nada.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Então o preço era preço cheio?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Normal. Era um cliente, apenas um cliente, para efeitos do Royal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Pegar aqui a página 111. O senhor sabe que tudo isso obviamente se iniciou porque uma ONG de São Roque fez uma denúncia e porque a União Internacional Protetora dos Animais — UIPA, através da Dra. Vanice, que é a Presidente desse organismo que é centenário no Brasil, diria que é o mais antigo de proteção aos animais, fez uma representação. E dessa representação me parece que foi elaborado um TAC. E, nesse TAC, pelo que me consta, houve aceitação do Royal em algum dos seus itens, mas, em compensação, em algumas áreas, o Instituto Royal não aceitou... como a filmagem interna dos seus equipamentos ou da sua forma de fazer os seus experimentos.

O senhor poderia nos dizer pelo menos um ou dois experimentos que foram feitos no Royal, já que o senhor presidia a entidade? Lógico, o senhor não precisa dizer para quem forneceu. Mas que tipos de experimentos lá eram feitos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu volto a repetir que o Instituto Royal é um instituto de pesquisa. Quem faz a pesquisa são cientistas, dentro dos



protocolos nacionais e internacionais, INMETRO, CBPF, etc., cumprindo os rigores da lei.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor sabe que o que gerou essa representação dessa entidade foi um funcionário do Instituto Royal, que, segundo o seu depoimento, ele observou lá maus-tratos aos animais. E as denúncias corroboram, com imagens, que até quatro ou cinco cães adultos de raça *beagle* eram acomodados em gaiola com espaço interno de 1 metro. Chega às mídias eletrônicas e obviamente isso revoltou todo mundo. Por que esses animais eram colocados — quatro, cinco cães de raça — em gaiolas suspensas? Como Presidente da Instituição, será que o senhor poderia nos dizer alguma coisa?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Na verdade, o que o Royal fazia era cumprir os protocolos, como eu já afirmei algumas vezes, e, em algumas situações, de curtíssima duração, um ou outro animal submetido a uma avaliação necessitava estar protegido das intempéries ao seu redor. Daí por que eles eram isolados. Mas isso durava apenas e tão somente o tempo necessário para essa avaliação. Não havia esse, essa...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O protocolo de que o senhor fala é do Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É da ANVISA?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - É do CONCEA? De quem é o protocolo...

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O protocolo, agora, atualmente...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...que põe animais em gaiola, cães em gaiola?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. As normas que regem as pesquisas, de acordo com aquilo que manda... Os institutos que já trabalharam, regulamentaram... Isso no mundo inteiro, inclusive no Brasil. O Royal seguia todos esses protocolos, todos esses parâmetros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Eu tenho aqui uma afirmação de um veterinário. O senhor conhece o Sr. Renato Xavier?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - *“Procedimento de eutanásia pós-experimento. O veterinário Renato Xavier explica que, no tocante à eutanásia dos cães, a maioria dos testes conduzidos no Instituto Royal tinha caráter subletal”,* ou seja, que não levam à morte.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - *“Quando os animais ficavam irremediavelmente debilitados, eram mortos com uma dose de 25 mg do barbitúrico, tiopentato de sódio, por quilo, e uma ampola de cloreto de potássio, por animal.”*

O senhor nunca ouviu falar do Sr. Renato Xavier?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não. Não o conheço.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ele faz uma afirmação aqui um tanto quanto preocupante, pelo menos, né, porque, no protocolo de eutanásia, existiria aí um procedimento... que o animal estivesse gozando de boa saúde ou não. Um animal que não tem nenhum tipo de comprometimento, com certeza, ele não seria levado a óbito. E esse caso demonstra que no Royal nós tínhamos alguns casos. Como eu disse, 2 toneladas, vírgula, 800 quilos não é um contrato pra quem vai incinerar 10 quilos de carcaça por ano. Ninguém faz um contrato de 2 toneladas e 800 quilos pra um animal que pesa em torno de 8 ou 10 quilos, cada animal. Eu acho que ninguém faz isso. Eu nunca vi ninguém comprar 10 toneladas de tomate pra fazer molho de tomate pro almoço e pra janta.

Tenho aqui um dado interessante. Em 13 de setembro de 2003, o Instituto Royal fez juntada de resposta ao Ofício nº 200/2013, enviado pela Promotoria de Justiça, que sugeria firmar um Termo de Ajustamento de Conduta — TAC, sanando as irregularidades apontadas em relatório elaborado pelo biólogo Sérgio Greif, que fez lá uma inspeção, um laudo, que manifesta de forma positiva, declinando as implementações viáveis dentre as recomendações que comporiam o TAC. Em função disso, faz óbice às recomendações que comporiam o TAC em função da solicitação de filmagens e disponibilização dos vídeos para o que fundamenta a proteção e sigilo da atividade, declinando legislação vigente, ou seja, não apresentando uma legislação que pudesse justificar que esses experimentos não



poderiam ser filmados, e esses filmes serem disponibilizados, já que a entidade entende que não há maus-tratos.

Se não há maus-tratos, por que não, obviamente, viabilizar, num Termo de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público, com o biólogo e com o Instituto Royal, a possibilidade de as pessoas poderem aferir se os procedimentos toxicológicos ou não feitos no Instituto Royal não seriam nenhum tipo de maus-tratos aos animais que lá estavam?

Solicitação de filmagem e exposição de vídeos para o que fundamenta a proteção e sigilo da atividade, declinando legislação vigente. Ou seja, não apresentou. No tocante às demais soluções, junta documentos comprobatórios, com exceção da licença de funcionamento, para o que se diz dispensado de tal obrigatoriedade pelo Município.

A Prefeitura não solicita licença de funcionamento do Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Por que motivo?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Só o Prefeito pode dizer. A Assembleia, a Câmara Municipal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Mas aqui nós temos uma informação de que o Instituto Royal entende que está dispensado da obrigatoriedade da licença de funcionamento. Por isso, ele não tem que apresentar. É por que seria ela uma OSCIP, ou por que seria ela um órgão que, obviamente, fazendo um trabalho de benemerência, não cobra, não recebe, ou o que recebe e o que cobra é só para pagar as despesas, os quatro mil reais de aluguel desse prédio monstruoso, como o senhor falou? Eu gostaria muito de um dia poder alugar um imóvel desse, Presidente, por um valor de 4 mil reais.

No caso do BNDES o senhor não atuou?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O senhor poderia dizer o valor que o senhor pagava de aluguel do apartamento que o senhor alugou do Sr. Ogari?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Então, está bom. Não há problema. Amigo é amigo, é para essas coisas mesmo.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não. Não posso informar. Isso faz parte do meu direito de privacidade das minhas relações financeiras.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não irei retirar o seu direito à privacidade, eu só verifico. O senhor trabalhava no Cristália. Em tese, tinha um imóvel em São Paulo, de propriedade do Sr. Ogari ou do Cristália, um dos sócios do Cristália. O senhor era o representante Presidente da Royal.

Sr. Presidente, eu me sinto satisfeito. Acho que fica mais do que comprovado o vínculo íntimo que existe ou que existia no período e, sem sombra de dúvida, no que diz respeito aos maus-tratos, no local ermo onde esse instituto se localizava, mesmo quando era um manicômio, as pessoas que lá gritavam, berravam e sofriam não eram escutadas na cidade. Da mesma forma, os cães que lá estavam, com certeza... Agora eu entendo por que o senhor ficava mais no Cristália do que no Instituto Royal, porque provavelmente a consciência pesava muito no que diz respeito aos maus-tratos que lá destinavam aos animais.

Eu fico satisfeito com o depoimento de V.Sa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra ao Deputado Laudivio Carvalho, eu queria só fazer uma pergunta. O senhor falou que lá só havia pesquisa de medicamentos.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É, para medicamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Para medicamentos. Mas o Instituto Royal prestava serviço para a CDA Eucaliptos, um centro colaborador em defesa agropecuária relativa à biossegurança de eucaliptos geneticamente modificados. Eles não mexem com medicamentos, só com plantas geneticamente... Eles não eram clientes do Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não conheço o nexos científico dessa colocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós perguntamos muita coisa sobre a quantidade, sobre o número de animais envolvidos, mortos, doados, para a Dra. Silvia Ortiz, e ela não soube responder. O senhor era o Presidente, e o senhor também não soube responder. Quem saberia responder a essas perguntas?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu não tenho a quem indicar para esse tipo de função.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não havia um controle sobre isso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, claro que havia, mas eu estou dizendo eu não tenho o nome do responsável por esse tipo de atividade, pelo menos neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - E se a gente tiver acesso a todas as fichas trabalhistas dos funcionários do Instituto Royal, nenhum deles vai estar registrado como Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, obviamente não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Está bom.

Deputado Laudívio Carvalho.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Muito bem. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados presentes. Sr. Romeu, o Instituto Royal era um canil ou um instituto de pesquisa?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Um instituto de pesquisa.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O senhor disse ainda há pouco que os cães eram vendidos para faculdades de pesquisa, mas não lhe cabia saber a razão dos experimentos. Os senhores não tinham nenhuma preocupação, nenhum controle a respeito disso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Certamente as faculdades que faziam, que utilizavam, é que têm a condição de responder. Saiu do domínio do Instituto Royal para o domínio de uma instituição pública, muitas vezes, credenciada, com alta credibilidade, com cientistas de renome, e que têm o seu código de ética e que têm que seguir normas também. Portanto, eu não tinha que dar sequência após essa fase da vida dos cães.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O senhor disse também, se eu não estou enganado, que, em 2010, não existia o CONCEA. É verdade?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O CONCEA não foi criado em 2009?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim, mas não estava regulamentado suficientemente para receber já os pedidos de certificação.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Ou seja, o conselho é criado em um ano e, no ano seguinte, ele ainda não está apto a realizar o seu trabalho. É isso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Ah, eu não posso dizer.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Mas foi o que o senhor disse.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, eu disse que levou-se um tempo para que o CONCEA pudesse expedir a certificação. Como era o procedimento do CONCEA, eu realmente não tenho informação.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Em 2010, o Royal tinha ou não tinha registro de canil?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O Royal mantinha um canil onde ficavam alguns dos cães que não estavam sendo utilizados nas pesquisas.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Eu vou repetir a pergunta: em 2010, o Royal tinha ou não tinha registro de canil?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não me recordo exatamente essa questão de datas aí.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O senhor é advogado do Cristália. É isso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Eu sou advogado da área de licitações do Cristália.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O Cristália é cliente do Instituto Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sim, cliente. Quando existia cliente, vamos deixar bem claro.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O que eu quero é que o senhor deixe tudo bem claro aqui.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - E é o que estamos fazendo.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - E eu espero que continue assim.



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Tenha a certeza de que o senhor merece toda essa...

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Não sou eu, como os outros Deputados e as pessoas que estão aqui e todo o País merecem todo o respeito.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** – Todos, sem sombra de dúvidas.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - E, por favor, continue respondendo à pergunta que eu fiz ao senhor.

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Pois não. O senhor pode repeti-la, por gentileza?

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Vou repetir. O senhor é advogado do Cristália?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Sou advogado da área de licitações do Cristália.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - E eu fiz a pergunta seguinte: o Cristália é cliente do Royal?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Foi cliente do Royal.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Não é mais, foi cliente?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não existe mais o Royal.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Sim, estou fazendo uma pergunta, cabe ao senhor responder. Foi cliente. É isso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Foi.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Tá. A Royal recebia recursos públicos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - O convênio no FINEP.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Pagava impostos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Atendia à legislação, de acordo com aquilo que era exigido de uma instituição OSCIP.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Os senhores vendiam cães?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não necessariamente. Não era essa a função do... Às vezes, até poderíamos cedê-los para alguma universidade, para estudos.



**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Vou repetir a pergunta. Os senhores vendiam cães?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O senhor sabe o número de animais que foram mortos lá?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, não sei.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Muito bem. O senhor disse, se eu não estou enganado, e se estiver, por favor, me corrija, que o Lodenafila não tem função exclusivamente para a disfunção erétil. É isso mesmo?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O medicamento testado no Royal era o Helleva, que é o nome fantasia de um medicamento do Cristália. É isso?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - É isso.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - E ele era destinado a quê?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Ao tratamento das sequelas de algumas enfermidades que, em decorrência disso, levavam à disfunção erétil.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - E eu posso entender, então, que os testes feitos com Helleva podem indicar que o Royal era, então, um canil?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não vejo esse nexos.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - O senhor não vê o nexos?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Os senhores usavam o Helleva, que é o nome de fantasia do medicamento do Cristália, destinado, segundo o senhor, a tratamento de disfunção erétil. Logo, os testes eram feitos para o Helleva, e não para outro medicamento. Aí eu pergunto: o Royal, então, era um canil ou não era?

**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Não, era um instituto de pesquisa.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Sr. Presidente, por enquanto eu estou satisfeito com as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Romeu, o senhor quer fazer alguma consideração final?



**O SR. ROMEU PEREIRA DE SOUZA** - Agradecer à oportunidade de ser recebido por V.Exas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço a presença. O senhor está dispensado. Obrigado.

Convido a tomar assento à Mesa a Sra. Izabel Vianna Villela, pesquisadora do Instituto Royal. (*Pausa.*)

Dra. Izabel, advirto que V.Sa. será ouvida na qualidade de investigada, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantidos os direitos constitucionais, entre os quais o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação, o direito de ser assistida por um advogado ou, em falta desse, de ser nomeado um defensor *ad hoc* e de com este comunicar-se pessoal e reservadamente, durante o curso do depoimento, e o direito de ver respeitadas sempre em seu próprio benefício as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994, do Estatuto da Advocacia.

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra, por até 20 minutos, a Sra. Izabel Vianna Villela.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente, Relator, Parlamentares. Só para me apresentar, eu sou bióloga de formação, mestre e doutora em Biologia Celular e Molecular. Atuei por 12 anos como garantia da qualidade, no Laboratório Genotox, um laboratório especializado em genética toxicológica, localizado em Porto Alegre, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2003, o Laboratório Genotox foi integrado ao Instituto Royal, momento no qual eu passei a fazer parte do quadro de funcionários do Instituto Royal, sempre atuando na unidade de Porto Alegre, que manteve o foco em Genética Toxicológica e, posteriormente, em Citotoxicidade. Essa unidade foi a primeira a obter reconhecimento em Boas Práticas de Laboratório — BPL, pela CGCRE, órgão do INMETRO que faz o reconhecimento de Boas Práticas de Laboratório para estudos de Genética Toxicológica *in vitro* e para estudos de Citotoxicidade, tendo sido um primeiro laboratório para a prestação de serviço de métodos *in vitro* dentro dos parâmetros de qualidade exigidos pelos órgãos



regulamentadores. Entre 2010 e 2011, obtive a liberação para fazer meu pós-doutorado fora do País e, quando retornei, assumi as minhas funções de garantia da qualidade, pesquisa e desenvolvimento, quando comecei a trabalhar com a ampliação dos métodos alternativos *in vitro* que já estavam em funcionamento na unidade de Porto Alegre. Em 2012, eu fui contemplada com a chamada para apoio da estruturação da rede de métodos alternativos, com foco na implementação de estudos *in vitro* diferentes, na unidade de Porto Alegre. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Dra. Izabel, a senhora disse que exercia, desde 2003, uma empresa que depois foi incorporada ao Instituto Royal.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora poderia explicar quais as atribuições que a senhora tinha no Instituto Royal?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Inicialmente, garantia da qualidade, na unidade de Porto Alegre, e, posteriormente, incorporando pesquisa e desenvolvimento, sempre com o foco na parte dos métodos *in vitro*, que sempre foi a especialidade da unidade de Porto Alegre.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora nunca trabalhou, então, no Instituto Royal de São Roque. É isso?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não? A senhora conheceu o Instituto Royal de São Roque?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Conheci. Eu estive algumas vezes em São Roque para algumas reuniões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora só atuou em métodos alternativos. A senhora nunca teve experimentos com animais. É isso?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora sabia, era do conhecimento da senhora que no Instituto Royal, lá em São Roque, tinha cerca de 140 cães *beagles*, da raça *beagle*, fora coelhos, camundongos, que eram testados para experimentos científicos?



**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Nunca tive conhecimento dos números, mas, sim, eu sabia quais eram os protocolos que estavam sendo realizados, na unidade de São Roque.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora poderia me dizer que tipo de pesquisa era realizada em Porto Alegre e que tipo de pesquisa... Ou seja, o objetivo era atingir o quê, na pesquisa do Instituto Royal, em São Roque?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - As duas unidades tinham um foco bem grande em pesquisa pré-clínica, pesquisa que é feita no início do desenvolvimento de novas formulações ou produtos para a saúde. Então, a pesquisa para a clínica tem foco em entender a eficácia, se aquele novo medicamento vai funcionar, e a segurança, se ele vai ser seguro para ser aprovado para estudos clínicos, que são feitos em humanos. Em Porto alegre, nós trabalhávamos muito com Genética Toxicológica, que é toxicologia no gene, o quanto aquele produto poderia afetar o material genético das nossas células. E depois, citotoxicidade, que é a toxicidade na cultura de células. Em São Roque, eram feitos estudos para entender a toxicidade sistêmica, como isso poderia ser observado nos sistemas, nos sistemas vivos, por isso era feito em animais.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora é de São Paulo ou é de Porto Alegre?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Porto Alegre.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Muito bem. Lá, em Porto Alegre, nenhum teste era feito em animais. Somente testes eram realizados *in vitro*, como a senhora colocou ou não?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - No início, nós realizávamos um dos testes de genética toxicológica, o teste de micronúcleos. Ele era feito em camundongos. Posteriormente, nós conseguimos implementar a metodologia *in vitro*, em cultura de células, e estávamos procedendo à substituição.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O Instituto Royal mantinha o mesmo nome em Porto Alegre e em São Paulo ou não?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim, mas eram unidades diferentes. Lá era chamado Unidade Genotox Royal.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sim. O Presidente do Instituto Royal de Porto Alegre e de São Paulo era o mesmo?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O Sr. Romeu?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Isso. A senhora sabe, no local onde a senhora estava localizada, lá no Instituto Royal de Porto Alegre, quem era o proprietário do imóvel, do edifício?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Em Porto Alegre, nós estávamos localizados dentro da Incubadora Tecnológica do Centro de Biotecnologia da Universidade Federal. Então, o laboratório era incubado dentro da Incubadora Tecnológica da Universidade Federal

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - E o prédio, o edifício do Royal em São Roque era de propriedade do mesmo proprietário de Porto Alegre ou não?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu não tenho conhecimento de quem era o proprietário, mas com certeza não pertencia à Universidade do Rio Grande do Sul.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora pode elencar que tipos de clientes tinha o Royal no local onde a senhora trabalhava?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Indústria farmacêutica, indústria de produtos para a saúde, algumas indústrias químicas com foco em avaliação ambiental, porque a gente também fazia alguns ensaios para avaliação ambiental, e, em Porto Alegre também, indústria de cosméticos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora pode me assegurar que, no caso específico de São Roque, não se realizavam experiências *in vitro*, porque havia cerca de 140 cães, mais *beagles*, mais os coelhos e mais os camundongos, por exemplo. Todos eles passavam por testes de toxicidade, ou por outros tipos de testes que eram realizados.

Qual era o objetivo desses testes?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Em São Roque? Os testes em São Roque?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - São Roque.



**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Então, avaliar a eficácia e a segurança desses novos produtos antes de eles serem aprovados para passarem para uma etapa clínica, em que seriam testados em humanos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Os métodos alternativos, então, não eram aplicados em São Roque?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não, existia uma separação, até por conhecimento das pessoas, até por formação das pessoas. Em Porto Alegre, nós tínhamos as pessoas com formação nos estudos *in vitro* e, em São Paulo, estavam trabalhando as pessoas com formação em estudos *in vivo*.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O resultado das pesquisas objetivava basicamente medicamentos, pelo que me consta. Mas que outros tipos de produtos poderiam atender a esse rol de empresas? A Dra. Silvia Ortiz, por exemplo, esteve aqui e citou a BASF, a Natura, um monte de nomes de empresas que eram clientes do Royal e disse basicamente o que a senhora está dizendo aqui, que, em Porto Alegre, os testes eram pelos métodos alternativos, *in vitro*, e no caso de São Roque não, eram experimentos feitos em animais. Por conta disso é que houve uma demanda da UIPA — União Internacional de Proteção aos Animais — sobre maus-tratos a esses animais que lá estavam.

A senhora pode me dizer que tipo de serviço prestava o Instituto Royal, em São Roque, que pudesse causar maus-tratos aos animais?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Até onde eu tenho conhecimento que pudesse causar maus-tratos nenhum tipo de serviço. Todos os protocolos lá estavam de acordo com as recomendações internacionais. Inclusive, o laboratório em São Roque foi avaliado mais de uma vez pelo INMETRO, que reconheceu que todos os protocolos internacionais estavam sendo devidamente seguidos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - O INMETRO não regula, nem controla, nem fiscaliza maus-tratos aos animais, não é?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não, mas ele regula a aderências aos protocolos internacionais. No momento em que o laboratório diz que está trabalhando em boas práticas e que está seguindo um protocolo, o INMETRO vai lá e avalia se ele realmente está seguindo aquele protocolo.



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora, dentro da sua especificidade de trabalho, acha normal, ou natural, uma empresa como o Instituto Royal contratar uma empresa ambiental que faz incineração de carcaças para incinerar cerca de duas toneladas e oitocentos quilos de animais por ano? É natural isso ou... Porque os animais, obviamente, se não forem 2.800, que sejam duas toneladas, ou vamos dividir, uma tonelada e meia... Pelo que me consta, um *beagle* deve pesar de 8 a 10 quilos, um coelho deve pesar 2, 3 quilos, e um camundongo, provavelmente, algumas gramas.

Como é que uma instituição como o Instituto Royal, em São Roque, elabora um contrato com uma empresa ambiental, que é uma incineradora, para incinerar duas toneladas e oitocentos quilos de carcaça? É normal, é natural?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu não tenho como responder a essa pergunta, porque eu não tenho ideia do volume de ensaios que estavam sendo realizados em São Roque. A gente conversava muito, mas como eu ficava em Porto Alegre, e existiam termos de confidencialidade, havia limites para algumas coisas que eram conversadas. Então, eu não tenho uma noção do volume que estava circulando em São Roque.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora sendo uma cientista da área, uma técnica da área, uma estudiosa da área poderia afirmar que, ou poderia pelo menos constatar, alguns animais acabam morrendo nos experimentos científicos, porque, num determinado momento, eles, segundo informações, passando de uma certa idade, eram vendidos, ou eram doados, ou então havia um processo de letalidade. Eu vou ler para a senhora aqui. O veterinário Renato Xavier explica, no tocante à eutanásia dos cães, que a maioria dos testes conduzidos no Instituto Royal tinha caráter subletal, que não levam à morte. Quando os animais ficavam irremediavelmente debilitados eram mortos com uma dose de 25 miligramas de barbitúrico tiopentato de sódio por quilo de animal e uma ampola de cloreto de potássio por animal.

Este é o procedimento que se utiliza para a eutanásia?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu não tenho conhecimento de todo o protocolo do CONCEA, de toda a recomendação do CONCEA. O CONCEA tem um guia para a eutanásia, que foi lançado em 2013, se eu não estou enganada. Mas eu



acredito que esteja de acordo, porque isso corresponde a aprofundamento de anestesia. Até onde eu me lembre, pelo guia do CONCEA, seria o método recomendado, mas não é a minha área de especialidade — eu passei os olhos muito rápido por cima desse guia; então, eu não o conheço profundamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Um colega seu, o biólogo Sérgio Greif, figura reconhecida nacional e internacionalmente, a pedido do Ministério Público, participou do Termo de Ajustamento de Conduta, que chamamos de TAC, um ajuste de conduta para tentar verificar antes dos acontecimentos o que lá ocorria. E, dentre os documentos que foram solicitados, para duas coisas não houve aceitação por conta do Royal, exatamente a solicitação de filmagens e a disponibilização dos vídeos para que fossem fundamentados a proteção e o sigilo da atividade. Ou seja, essas atividades que ocorriam com os animais não poderiam ser divulgadas.

A senhora acha que seja normal um cão *beagle* de 3, 4, 5 anos ficar um período — eu não sei quanto tempo — numa gaiola suspensa, com outros 4, 5 animais? E qual seria a motivação para eles estarem dentro de uma gaiola suspensa, não sendo ave, não sendo um primata? O que estaria fazendo um cão numa gaiola acima do piso? Estava aguardando o quê? Que tipo de atividade seria essa? A senhora poderia me descrever ou não?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Infelizmente não, porque o único momento em que vi os animais foi por fora do biotério e não havia gaiola. Então, eu não sei para que elas eram usadas, nem se eram usadas, nem como eram usadas.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora tem informação dos testes e dos clientes que se utilizavam dos serviços do Instituto Royal de São Roque?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não, como eu tinha comentado antes, por confidencialidade, a gente não trocava esse tipo de informação, a gente não podia trocar esse tipo de informação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora nunca esteve no Instituto Royal em São Roque? É isto?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Estive para algumas reuniões, sim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora conhece o local?



**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Conheci, conheci.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora sabia que o aluguel lá é de 4 mil reais por mês, o prédio?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não tinha a menor ideia.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não? A senhora sabe quem é o proprietário daquele local?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não?

Presidente, eu me dou por satisfeito por enquanto e volto, ao término, se houver algum novo questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dra. Izabel, existia uma CEUA no Royal...

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - ... existia uma CEUA em São Roque e uma CEUA no Sul?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Porque a Dra. Sílvia Ortiz disse aqui que só havia uma CEUA, a do laboratório do Sul. Existia, então, uma CEUA em São Roque?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - E a senhora sabe quem fazia parte dessa CEUA.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - o Prof. Henriques eu sei que fazia parte da CEUA, pesquisadores de universidades, pesquisadores de dentro do Instituto e membros de organizações não governamentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Alguns desses membros da CEUA também eram membros do CONCEA?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não que eu saiba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Consta no seu currículo que a senhora trabalhou no Instituto Royal de 2006 até 2014.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas também consta do seu currículo que a senhora é especialista do INMETRO até hoje, na área de acreditação, certificação de laboratórios.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Pela Normativa ISO 17025, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não é estranho, não existe um conflito de interesses entre a necessidade do Royal, à época, de ter uma avaliação positiva do INMETRO e o seu exercício de atividade no INMETRO exatamente nessa área?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Na verdade, são normativas diferentes. Eu não atuo no INMETRO dentro da parte de boas práticas de laboratório; eu atuo dentro da ISO 17025, que é outra normativa. E a minha primeira acreditação no Instituto Royal foi bem antes do início dos meus trabalhos dentro do INMETRO.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A senhora trabalhou de 2003 a 2004 no Genetox...

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Genetox.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Isso.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - E no Instituto Royal de São Roque de 2006 a 2014?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - De São Roque não, de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Só no de Porto Alegre?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Somente no de Porto Alegre. É que a Razão Social era a mesma, mas as unidades eram diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Por que o Instituto Royal, que era uma entidade de pesquisa clínica, tinha como cliente o Centro de Defesa Agropecuária Eucaliptos?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu nem conheço esse Centro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não, não estou a par. E, na verdade, o Royal era um instituto para pesquisa pré-clínica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A senhora tinha alguma relação com a Sra. Ingrid Dragan Taricano?



**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu conheci a Dra. Ingrid, que era Diretora Científica da unidade de São Roque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em 2012, ela era representante da FEBRAFARMA — Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica — no CONCEA?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A senhora sabia que, enquanto entidade de pesquisa, o Instituto Royal tinha registro de canil e não tinha registro no CONCEA?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu não sei como é que funcionavam os registros obrigatórios para a unidade de São Roque. Isso ficava fora das minhas atribuições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A senhora fez um estudo sobre úlcera de pressão. Não é isso? A senhora não realizou um estudo sobre úlcera de pressão?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu participei...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria saber em que animais vocês realizaram esses estudos e quantos animais foram mortos nessas pesquisas.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Na verdade... O número de animais eu não sei precisar. Esse estudo foi feito entre a unidade de Porto Alegre e a unidade de São Paulo. A parte de animais foi feita na unidade de São Paulo. Na unidade de Porto Alegre, nós fizemos o Teste de AMES para esses produtos, para entender se existia alguma interação com o DNA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em 2008 e 2010, a senhora fez um trabalho também, esse projeto sobre úlcera de pressão, que foi financiado, recebeu recursos do CNPq.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Como isso foi possível se o Instituto Royal não tinha credenciamento no CONCEA?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Na verdade, o Instituto Royal era habilitado para receber financiamento do CNPq por ser uma instituição sem fins



lucrativos. E quanto ao credenciamento no CONCEA, ele só passou a ser realizado a partir de 2013. Em 2008, com a Lei Arouca, começou a se organizar, mas somente em 2009 ela foi regulamentada, e foi estruturado o CONCEA. Em 2010, 2011, foram iniciados os credenciamentos, mas eles somente começaram a ser concedidos em 2013.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Dr. Romeu falou outra data. Ele falou 2010. A senhora lembra qual é a data certa, se é 2010 ou 2013?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - É 2013.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A senhora teve com a Ingrid Taricano uma relação de pesquisa em pelo menos três projetos. Foram três projetos que vocês fizeram juntas pelo menos.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Que as duas unidades fizeram juntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - E não consta nenhum artigo científico de vocês em que ela conste como coautora. Existe algum?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não. Não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Por quê?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Porque esses projetos acabaram não gerando esses artigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas utilizaram animais?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Alguns. Sempre que a unidade de São Roque estava envolvida, sim, era porque havia a utilização de animais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A senhora sabe qual era a relação da Cristália com o Instituto Royal?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - A relação que eu sei é que a Cristália era um cliente, um grande cliente do Instituto Royal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra à Deputada Bruna Furlan.

**A SRA. DEPUTADA BRUNA FURLAN** - Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. É uma resposta para a comunidade. Eu sou ali de Barueri, vizinha de São Roque, e pude acompanhar a mobilização da comunidade em torno dessas questões. Muitas perguntas ficaram sem respostas. E o nosso objetivo aqui é levar para a



comunidade respostas. Se houve um mal-entendido, enfim, que nós consigamos passar isso para a comunidade.

Dra. Izabel, eu gostaria de perguntar para a senhora, já agradecendo a sua presença, se os testes eram realizados pela senhora ou sob sua supervisão. De que forma eram armazenados os resultados dos testes? Existia algum registro fotográfico ou filmado? Se sim, a senhora poderia nos citar as revistas, as publicações, enfim, que tornavam público esses resultados dos testes no Instituto Royal? E se os testes não eram registrados em veículos e instituições externas, como comprovar os seus resultados ou até que não havia qualquer tipo de maus-tratos? Se a senhora nos disser que não existe nenhum registro do resultado das pesquisas, como explicar as fotos e as denúncias de maus-tratos, que foi o que mobilizou a comunidade para que, naquele dia, estivesse ali fazendo aquela manifestação e pedindo que o Instituto parasse com as suas pesquisas?

Inclusive, o Deputado Ricardo Tripoli esteve lá e acompanhou tudo. Também quero parabenizá-lo pelo empenho. Todos nós aqui sabemos que esta é uma causa defendida por S.Exa. e pelo Presidente da Comissão. Eu somo os meus esforços aos deles e peço que, por gentileza, a senhora nos responda.

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Eu não sei se a minha resposta vai te atender porque, como eu trabalhava na unidade em Porto Alegre, eu posso te falar mais de como a gente procedia lá. Quanto à publicação dos resultados, nós tínhamos termos de confidencialidade com os clientes. Então, era uma prestação de serviço. Então, eles só poderiam ser divulgados com a autorização dos clientes. Por se tratarem de moléculas de produtos novos e em desenvolvimento, normalmente não existia esse interesse dos clientes. Pelo contrário, eles preferiam tratar isso de forma bastante confidencial, como um segredo industrial. Em termos de fotos, eu também posso te falar sobre a unidade em Porto Alegre. Como das nossas culturas de células eram feitas lâminas para avaliar os cromossomos, o DNA, aí havia algumas fotos que eram armazenadas durante o período em que o relatório estava sendo elaborado. Depois disso, elas não eram mais armazenadas. Todos os dados brutos de estudos conduzidos em boas práticas de laboratório têm que ser armazenados, certo? Eu não tenho certeza, mas eu acredito que esses dados ainda estejam armazenados pelo Instituto Royal, porque eles são propriedade do Instituto



Royal. Então, eu não sei onde eles estão atualmente. Mas todos os dados brutos deveriam, sim, estar armazenados.

**A SRA. DEPUTADA BRUNA FURLAN** - Muito obrigada pelas respostas.

Sr. Presidente, eu estou satisfeita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Ricardo Tripoli, Relator.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Tenho uma última questão, Sr. Presidente. D. Izabel, a senhora era funcionária do Instituto Royal, não é? A senhora recebia os seus salários do Instituto Royal ou de alguma outra empresa?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Diretamente do Instituto Royal. Eu tinha a minha carteira assinada pelo Instituto Royal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Carteira registrada, assinada. E quem assinava a sua carteira? O Dr. Romeu ou não?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Aí eu teria que olhar, mas eu acredito que sim, porque ele é o Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Ele é o Presidente.

A senhora trabalhou por quanto tempo no Instituto Royal? Ou ainda trabalha?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - De 2006 a 2014. Em junho de 2014, foi fechada a unidade de Porto Alegre.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - A senhora sabe dizer se ainda existe algum laboratório ou algum centro de pesquisa do Instituto Royal no território brasileiro?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Que eu saiba, não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Não?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - O que nos foi dito é que a nossa unidade de Porto Alegre foi a última a ser encerrada.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dra. Izabel, a senhora quer fazer alguma consideração final?

**A SRA. IZABEL VIANNA VILLELA** - Não. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço a presença da Dra. Izabel.



Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 17 de setembro de 2015, às 9h30min, em plenário a ser definido, para esclarecer a matança de cães que teria ocorrido na cidade de Santa Cruz do Arari, no Pará, com a presença do Sr. Marcelo Pamplona, Prefeito daquela cidade, e da Sra. Maria de Jesus Barbosa Parduil, mãe de Lucas, testemunha morta em virtude dos desdobramentos do suposto canicídio.

Está encerrada a reunião.